



CÂMARA MUNICIPAL
DE UBERLÂNDIA

O LEGISLATIVO

ÓRGÃO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DE UBERLÂNDIA - MG

ANO XX N°.4172
QUINTA-FEIRA, 01
DE OUTUBRO DE 2026 |
EDIÇÃO DE HOJE -
03 PÁGINAS

RELATÓRIOS



Câmara Municipal de Uberlândia Minas Gerais

DECISÃO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO N° 02/2026

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

CONTRATADA: BIG DO TRIANGULO COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) n° 02/2026, instaurado em desfavor da empresa BIG DO TRIANGULO COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA., contratada para o fornecimento de copos descartáveis e fósforos, nos termos do Contrato n° 048/2024, decorrente do Processo n° 008/2024 e do Pregão Eletrônico n° 90006/2024 (fls. 15), diante de indícios de inadimplemento contratual.

Consta dos autos que a Seção de Almoxarifado emitiu o Pedido de Compra Parcial n° 56-1, solicitando, em 04/02/2026, a entrega de 2.000 (dois mil) pacotes de copos descartáveis no prazo de 10 (dez) dias úteis. Transcorrido o prazo em 20/02/2026, não houve a entrega, e as reiteradas tentativas de contato da Administração com a contratada, por e-mail e por mensagens de aplicativo (fls. 04 a 11), não surtiram efeito.

Regularmente notificada para apresentar defesa prévia (fls. 33 e 34), a empresa a apresentou (fls. 35), alegando que o atraso não decorreu de desídia ou má-fé, mas de severo desequilíbrio financeiro e de pendências fiscais perante a Receita Federal. Requereu, entre outros pedidos, a suspensão temporária da aplicação de sanções e a concessão de novo prazo para a entrega dos itens.

Em razão dessas alegações, foi concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a juntada de documentos comprobatórios (fls. 36), providência atendida pela contratada (fls. 38 a 46). Na sequência, a Comissão Processante concedeu novo prazo para a entrega dos itens (fls. 47/48), e a contratada realizou a entrega dentro do prazo concedido, em 19/08/2026, conforme documento de fls. 49.

No Relatório Final (fls. 68 a 71), a Comissão Processante opinou pela não aplicação de penalidade administrativa e pelo arquivamento do processo.

Os autos foram remetidos à Procuradoria, que exarou o Parecer n° 18/2026, datado de 24/09/2026, manifestando-se pela regularidade do procedimento e, no mérito, favoravelmente ao acatamento do



Câmara Municipal de Uberlândia

Minas Gerais

Relatório Final, com a não aplicação de penalidades à contratada e o arquivamento do processo, por ato da autoridade julgadora, com base no art. 110, § 3º, da Portaria nº 205/2023.

É o relatório, segue decisão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 111, II, da Portaria nº 205/2023, a competência para julgar e aplicar as sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar é do Ordenador de Despesas ou do Presidente da Câmara, cabendo a esta autoridade, portanto, o julgamento do presente processo, inclusive para determinar o seu arquivamento.

Quanto à regularidade formal, verifica-se, como assinalado no Parecer nº 18/2026, que o processo observou o contraditório e a ampla defesa. A contratada foi regularmente notificada, apresentou defesa prévia e teve a oportunidade de produzir prova documental, tendo inclusive juntado os documentos que lhe foram facultados. Não há, assim, vício ou irregularidade a ser sanado.

No mérito, é fato incontroverso que a contratada deixou de entregar os itens no prazo originalmente fixado, que se encerrou em 20/02/2026. Todavia, no curso da apuração, a Comissão Processante, valendo-se das atribuições que lhe confere o art. 129, caput, da Portaria nº 205/2023, concedeu novo prazo para a entrega, com o propósito de viabilizar o cumprimento da obrigação pendente, considerando o interesse público envolvido, em especial a necessidade de assegurar a disponibilidade do material para o atendimento das necessidades desta Casa de Leis. A providência mostrou-se adequada e eficaz.

Com efeito, a contratada efetuou a entrega em 19/08/2026, dentro do prazo concedido, e os produtos foram recebidos sem ressalvas. Conforme registrado no Relatório Final e no Parecer nº 18/2026, a entrega foi integral, os produtos estavam de acordo com a descrição contratada e houve a total satisfação da obrigação que se achava pendente (fls. 49). Registra-se, ainda, que o atraso não causou prejuízos à Administração.

Nesse cenário, a finalidade buscada pelo procedimento em assegurar o adimplemento do contrato e a tutela do interesse público foi plenamente alcançada. Cumprida integralmente a obrigação, sem ressalvas quanto ao objeto e sem dano à Administração, a aplicação de penalidade revelar-se-ia desnecessária e desproporcional, em desacordo com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do interesse público, que orientam a atividade sancionatória da Administração (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).



Câmara Municipal de Uberlândia

Minas Gerais

Diante disso, acolhem-se as conclusões do Relatório Final da Comissão Processante e do Parecer nº 18/2026 da Procuradoria, que se revelam coerentes com os elementos dos autos, devendo o processo ser arquivado, nos termos do art. 110, § 3º, da Portaria nº 205/2023.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, com base nos fatos apurados no Processo Administrativo de Responsabilização nº 02/2026, no Relatório Final da Comissão Processante e no Parecer nº 18/2026 da Procuradoria, cujos fundamentos passam a integrar esta decisão, DECIDO:

1. ACOLHER as conclusões do Relatório Final da Comissão Processante e do Parecer Jurídico nº 18/2026;

2. RECONHECER que a empresa BIG DO TRIANGULO COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. cumpriu integralmente a obrigação pendente do Contrato nº 048/2024, mediante a entrega, em 19/08/2026, dentro do novo prazo concedido, dos itens solicitados por meio do Pedido de Compra Parcial nº 56-1, recebidos sem ressalvas e sem prejuízo à Administração;

3. DEIXAR DE APLICAR penalidades administrativas à empresa BIG DO TRIANGULO COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.;

4. DETERMINAR o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de Responsabilização nº 02/2026, nos termos do art. 110, § 3º, da Portaria nº 205/2023.

Publique-se.

Intime-se a empresa BIG DO TRIANGULO COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. para ciência desta decisão.

Uberlândia, 29 de setembro de 2026.

**ROSENVALDO
CORREIA DE
MENDONÇA:
80611702649**

Digitally signed by ROSENVALDO CORREIA DE MENDONÇA:80611702649
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=39383509000104, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A3, CN=ROSENVALDO CORREIA DE MENDONÇA:80611702649
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2026-09-29 10:08:33

ROSENVALDO CORREIA DE MENDONÇA

Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia

EXPEDIENTE

O LEGISLATIVO Ano XX nº 4172, QUINTA-FEIRA, 01 DE OUTUBRO DE 2026 | EDIÇÃO DE HOJE - 03 PÁGINAS

Órgão Oficial da Câmara Municipal de Uberlândia/MG

Criado pela Lei Municipal nº 8485 de 24/11/2003. Av. João Naves de Ávila, 1617 | 38408-144 | (34) 3239-1130

Editado e produzido pela Diretoria de Comunicação/Seção de Jornalismo com base na documentação disponibilizada pelos departamentos

Diretor de Comunicação: Ademir Reis (MG04854JP); Chefe de Jornalismo: Suila Camargos (RP 0023299/MG);

Jornalista Responsável: Eithel Lobianco Jr. 3484 MTE/SJPMG; Editoração Eletrônica: Seção de Jornalismo.

Disponível no site da Câmara: www.camarauberlandia.mg.gov.br e disponibilizado na rede interna para departamentos e gabinetes dos vereadores.

Edições anteriores solicite pelo e-mail: imprensa@camarauberlandia.mg.gov.br